

Verbo.

Revista Brasileira  
do Livro Universitário

número 2  
Maio de 2007

LUXO LIVRO

LIVRO LUXO

Por que o livro no Brasil é tão caro?

\$

**Mais:**

**Entrevista:**

**Affonso Romano de Sant'Anna:**  
"Se você acha que a educação é cara, experimente a ignorância"

**A mulher na educação brasileira**

**Os 20 anos da ABEU**

# Expediente

## Verbo - Revista Brasileira do Livro Universitário

Número 2 - Maio de 2007

Versão eletrônica em [www.abeu.org.br](http://www.abeu.org.br)

Versão impressa gratuita e dirigida

Equipe de Comunicação da ABEU

Diretor de Comunicação: Alcides Buss ([alcides@editora.ufsc.br](mailto:alcides@editora.ufsc.br))

Jornalista responsável: Moacir Loth (SC 00397-JP) ([loth@editora.ufsc.br](mailto:loth@editora.ufsc.br))

Planejamento gráfico, diagramação e edição: Bruno Moreschi (SP 47376-JP) ([brunomoreschi@gmail.com](mailto:brunomoreschi@gmail.com))

Reportagem: Artêmio Reinaldo de Souza e Bruno Moreschi

Revisão: Maria Geralda Dias

# Diretoria

Presidente **Valter Kuchenbecker** (ULBRA)  
e-mail: [presidente@abeu.org.br](mailto:presidente@abeu.org.br)

Vice-presidente **Flávia Goullart** (UFBA)  
e-mail: [flaviagr46@hotmail.com](mailto:flaviagr46@hotmail.com)

Secretário **Oswaldo Truzzi** (UFSCAR)  
e-mail: [truzzi@power.ufscar.br](mailto:truzzi@power.ufscar.br)

Diretor Financeiro **Honório Nascimento** (UFSC)  
e-mail: [honorio@adm.ufsc.br](mailto:honorio@adm.ufsc.br)

Diretor de eventos **Sheila Diab Maluf** (UFAL)  
e-mail: [sdmaluf@uol.com.br](mailto:sdmaluf@uol.com.br)

Diretor de comunicação **Alcides Buss** (UFSC)  
e-mail: [alcides@editora.ufsc.br](mailto:alcides@editora.ufsc.br)

Diretor difusão editorial **João Canossa** (Fiocruz)  
e-mail: [jcanossa@fiocruz.br](mailto:jcanossa@fiocruz.br)

Diretor Norte **Nilson Santos** (UFRO)  
e-mail: [nilson@unir.br](mailto:nilson@unir.br)  
endereço:

Diretor Centro-Oeste **Margarita Victoria Rodrigues** (UCDB)  
e-mail: [margarita@ucdb.br](mailto:margarita@ucdb.br)

Diretor Nordeste **Maria Nadja N. Bittencourt** (UNEB)  
e-mail: [naddija.nunes@uneb.br](mailto:naddija.nunes@uneb.br)

Diretor Sudeste **Renato Casimiro** (UERJ)  
e-mail: [renatocasimiro@hotmail.com](mailto:renatocasimiro@hotmail.com)

Diretor Sul **Neide Zaninelli** (UEL)  
e-mail: [eduel.dir@uel.br](mailto:eduel.dir@uel.br)

## Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

Av. Fagundes Filho, 77

Sala 24

Vila Monte Alegre

CEP:04304-010 São Paulo SP Fone/Fax: (11)

5078-8826

[www.abeu.org.br](http://www.abeu.org.br)

[abeu@abeu.org.br](mailto:abeu@abeu.org.br)

Secretário Rubens Nery

Para ler notícias semanais sobre livros universitários, assine o newsletter ABEU em rede em [www.abeu.org.br](http://www.abeu.org.br)

# Editorial

POR ALCIDES BUSS, diretor de comunicação da ABEU

Estamos onde estamos porque temos um sonho. Acreditamos que a vida não é apenas um dever. Ela é uma dádiva que nos torna credores do direito à felicidade. Ao mesmo tempo que nos faz cúmplices do passado, coloca-nos como artífices do futuro. Entre um e outro, o presente impõe-nos a dura realidade.

A realidade é tão grande, diria Drummond. “Não nos afastemos; / não nos afastemos muito”!

Em nosso credo está o livro: personagem central de todos os dias, de segunda-feira a domingo; de janeiro a dezembro. Invenção maior do ser humano, acumula os sentidos da existência. E talvez, também, o não-sentido. Acreditamos, porém, que tenha o poder, não apenas de redimir-nos de nossas limitações sem conta, mas de abrir caminhos para a conquista da completa dignidade. Leia-se: o avanço civilizatório, a alegria de viver, a preservação da vida.

Surgidas, em média, há duas ou três décadas, estas editoras receberam como principal missão divulgar o saber gerado dentro das universidades, especialmente o saber enquanto resultado da pesquisa. Elas, no entanto, foram além. Estenderam sua atuação para a produção de material didático; para a difusão no Brasil dos conhecimentos produzidos em outros países; e, muitas vezes, por falta de outras editoras que o fizessem, para o resgate e promoção da história e da cultura.

Relativamente, é um trabalho que mal-começou. Muito já aprendemos. Todos sabemos, porém, das grandes lições que nos esperam, sejam aquelas colhidas da experiência; sejam aquelas que outros têm a nos ensinar.

Que juízo faz o leitor dos livros que publicamos? Por que nossos livros tantas vezes amargam esperas indevidas em incômodos estoques?

Como chegar a mais livrarias? Como entrar com o nosso “produto” na dinâmica internacional de cessão e aquisição de direitos autorais? Como resolver as pendengas legais do que pode e não pode, em benefício da sociedade como um todo? Como, enfim, enfrentar e lidar com as mudanças tecnológicas, com as bibliotecas virtuais, com o livro do futuro?

Sabemos e não sabemos. Como disse Eduardo Galeano quando homenageado numa já distante Feira do Livro de Frankfurt: “Somos o que fazemos; principalmente o que fazemos para mudar o que somos.”

Felizmente, podemos constatar um grande e continuado avanço das editoras universitárias. Mantenhamos, no entanto, a humildade; os pés no chão. Todos temos muito a aprender. E temos também algo a ensinar. A realidade é tão grande, não nos afastemos muito. Como evocou Drummond, “Vamos de mãos dadas.” O sonho vale a pena!

## Índice

Página 4 :: Coluna Trivial :: **Comentários sobre o mercado editorial**

Página 7 :: Entrevista :: **Afonso Romano de Sant’Anna, poeta, ensaísta, cronista, professor e um obstinado pela educação de qualidade no Brasil.**

Página 10 :: Biblioteca com H :: **A evolução das assessorias de comunicação.**

Página 13 :: Custo Livro-Brasil :: **A reportagem de capa explica por que o livro brasileiro é tão caro.**

Página 15 :: Uma História de 20 anos :: **A ABEU comemora 20 anos de existência.**

Página 18 :: A mulher na educação brasileira :: **Dilvo Ristoff, diretor de Estatística e Avaliação da Educação Superior do Inep, analisa a presença feminina na área.**

**Nesta página**

Uma visão sobre a violação dos direitos autorais

**Ao lado**

A grande dúvida do jornalista José Hamilton Ribeiro

**Na página 6**

Jose Reis, uma homenagem

# TRIVIAL

POR MOACIR LOTH (moaloth@hotmail.com)

## Letras mortas

A Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003, fixa penas pesadas para a violação dos direitos autorais. Segundo a Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR), “se um livro de R\$ 30,00 for reproduzido ilegalmente”, o copista corre o risco de ser preso “por dois a quatro anos”, podendo ainda ser “condenado a pagar indenização que facilmente superará noventa mil reais”. A ABDR tenta ser didática: “reprodução é a cópia em um ou mais exemplares de uma obra literária, artística ou científica (...). A reprodução, sem autorização do titular dos direitos autorais ou de seu representante, constitui contrafação passível de punição nas esferas cível e criminal”. Dando corda, a entidade alerta que a pirataria editorial “prejudica a todos”.

“Aos autores, porque têm seus direitos intelectuais impunemente violados e seu trabalho usurpado. E aos editores por encontrarem no mercado obras – pelas quais pagaram os direitos autorais e de edição – reprografadas ilegalmente, acarretando-lhes graves prejuízos morais e materiais”. A ABDR avalia que a pirataria causa (aos interessados) um prejuízo anual superior a R\$ 400 milhões. A consequência pior seria o fechamento de editoras especializadas em livros técnicos e didáticos. E o que é mais grave, será culpada também pelas pequenas tiragens dos livros, isto é, estaria por trás da estagnação do “mercado leitor” e do elevado custo (preço) do livro.

Pela nova lei, a violação de direito autoral deixou de ser crime de “menor potencial ofensivo”. Um alento, sem dúvida, no que tange à defesa da propriedade intelectual. “Reconhecer o direito de quem cria e de quem produz é um avanço em cidadania e respeito à cultura e à economia do nosso País”, pondera a ABDR, que quer fazer um “trabalho educativo”, sem deixar de “exercer rigorosamente suas funções de finalizar, identificar e punir qualquer atitude lesiva aos direitos de seus associados”.

Alguém está com medo? Conhece alguém que foi preso por xerocar livros sem autorização do autor? A pirataria está instalada nas escolas e universidades. Quem não conhece a famosa “pasta do professor”? Professores e alunos são “sócios” da pirataria. E as Administrações, exercendo a “autonomia universitária”, fecham os olhos para o que está na cara.

A Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) define a “pasta do professor” como uma “deformação de ensinar”, uma vez que através da cópia ilegal, “impõe aos alunos a leitura fragmentada de textos e que, na maioria das vezes, descaracteriza o conteúdo das obras e altera sua identidade”. E diz mais: “o aluno não adquire o hábito da

leitura, da pesquisa, do questionamento. Não desenvolve o senso crítico nem aprende a atribuir os créditos ao autor da obra”.

A entidade, parece mentira, acha que os seus principais aliados são os alunos, os professores, bibliotecários e os reitores... Conta ainda com a Lei de Direitos Autorais, o novo Código Civil, o Código Penal e a Carta Magna..., além da Polícia, é claro! Mas quem são “seus” associados para querer contar com leitores, alunos, reitores, professores e bibliotecários?

Crime ou castigo, não há lei e polícia que acabem com a cópia ilegal de livros. O máximo que pode ocorrer é reduzir o abuso dessa prática institucionalizada, legitimada pelos estudantes, acobertada pelos pais e incentivada por mestres e professores. A Carta de Canela (RS), aprovada em 2005 pela XVIII Reunião Anual da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (após palestra de representante da ABDR) faz um apelo explícito aos reitores. A Abeu insiste junto “às direções das Instituições de Ensino Superior (IES)” para que “baixem determinação inibidora de reprodução de livros no âmbito da instituição, ressaltando o que dispõe a Lei 9.610/1988”. (Pilatos não faria melhor!).

Uma solução cabal, pelo visto, é impossível. É preciso, então, buscar alternativas para “inibir” a ilegalidade. Talvez fosse o caso de partir para mais conscientização e educação, ou seja, menos ameaça e polícia. A Associação Brasileira de Direitos Reprográficos ganha (e bem) para cumprir esse papel, até porque, se assim não fosse, não existiria nem sobreviveria. E, de certa forma, faz por merecer!

O fato concreto é que a pirataria do livro virou rotina. Os livros são copiados parcial ou integralmente por capítulos. Há, evidentemente, como já afirmamos, efetiva participação do professor na consumação do “crime”. É ele que fornece os capítulos ou os trechos. Ele é o dono do livro, a “pasta” é dele. E não é preciso trabalhar num Campus para saber que as fotocopiadoras funcionam e prosperam nas cidades universitárias e arredores.

Mas indagar, finalmente, embora perigoso, não é crime. – O que é mais violento: a cópia ilegal ou o preço aviltante do livro, resultado da cobiça indecorosa de editores e livreiros gananciosos?

Os “envolvidos” são conhecidos, mas o crime, como diria Mandrake, continua insolúvel. Nesse campus minado advoga até a “temida” – embora utópica – autonomia universitária. Rubem Fonseca à parte, as bibliotecas precisam ser melhor equipadas e mais frequentadas. Mais biblioteca, menos cópia e cola, é a ordem!

O resto são letras mortas!

## A Lógica do sofrimento

Do jornalista Mário Sérgio Conti: “A crueldade com o favelado tem razão de ser. Foi Nietzsche quem disse que aquele que cai deve ser empurrado. A vítima mais fraca é a que deve sofrer mais. Como os fracos não têm como escapar do sofrimento, que sofram mais. Devem ser reduzidos à inumanidade para que não incomodem os que têm meios de ser humanos”. Parece a crônica de Jesus de Nazaré!

## Apologia genocida

“Trinta milhões de lares estadunidenses contemplam este escandaloso espetáculo de um apologista sionista de ultradireita, fazendo alarde dos ‘ideais ocidentais’ tão úteis para arrasar cidades, bombardear hospitais e exterminar um país”. (James Petras no seu futuro livro *Imperialismo e luta de classe no mundo contemporâneo*, descrevendo uma entrevista reprisada com Mike Wallace em que acusa Arafat de mentiroso, terrorista, corrupto e ladino).

## O Alienista de Piza

O brilhante jornalista Daniel Piza (Estadão), alterego de Paulo Francis, lançou o melhor livro já escrito sobre Machado de Assis (Abeu em rede divulgou entrevista). Longe de ser a obra definitiva sobre o “Pelé da literatura brasileira”, o livro *Machado de Assis – um gênio* (Imprensa Oficial de SP), apresenta imprecisões, exageros e vícios próprios do jornalismo cultural.

Aforismos sem juízo à parte, nem Piza é perfeito. Pelé? Mas não é Cruz e Sousa o “rei da nossa literatura”?

## Jornalismo cirúrgico

Essa escutei do Audálio Dantas, aquele jornalista que descobriu o diário da favelada Coralina Maria de Jesus, autora do clássico *Quarto de despejo*. O jornalista José Hamilton Ribeiro (“cem anos” de Globo Rural) foi pautado pela reportagem da revista Realidade para entrevistar um baita PHD sobre os últimos avanços na Odontologia. O cientista quebrou a cabeça, teve nevralgia, quase enlouqueceu, só para responder a pergunta de entrada:

- Doutor, o que é DENTE?

## Espantando a deprê

E-mail da professora Regina Carvalho vem acompanhado de uma frase de Oswald: “A alegria é a prova dos nove”. Não confundir com o famoso matemático das loterias.

## Perguntinha indiscreta

A “tirinha” da Aline, na *Folha*, apresenta um diálogo travado, provavelmente, em Brasília:  
- O senhor trabalha em quê?, pergunta a garota de programa.  
“Eu sou deputado”, responde.  
-Vou tirar você dessa vida!!,  
promete a moça.

## 100 anos de Santos Dumont

Que tal dar férias coletivas aos controladores de voo? Já imaginaram engarrafamento no céu?

# TRIVIAL

## José Reis, uma homenagem

Assim como teve “o pai do jornalismo científico”, José Reis, temos uma preocupação com o desenvolvimento e a soberania do País. Estamos convencidos de que, através do jornalismo científico e da divulgação científica, podemos ajudar a transformar o Brasil, tornando-o mais justo, menos desigual e mais independente.

Quando José Reis morreu, em 2002, escrevemos em um artigo: “o seu exemplo, o seu caráter e o seu desempenho diuturno arrancaram o cientista do isolamento e provocaram a abertura de espaço na imprensa nacional para as notícias do mundo da ciência. O seu papel foi fundamental para a valorização do trabalho do cientista brasileiro”.

Em 1994, durante o 4º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico, em Campinas (SP), ouvimos a seguinte pergunta da então assessora da Finep, Vera Marina da Cruz e Silva: “Cerca de 90% das matérias publicadas são de agências internacionais. Será que os jornais brasileiros não têm interesse em publicar ciência feita no Brasil ou é a resistência dos cientistas em dar entrevistas?”. A indagação, pertinente, permanece atual.

Na edição nº 47, a revista *Pesquisa Fapesp*, de outubro de 1999, publica um encarte sobre “experiências em jornalismo científico”, onde reforça nosso ponto de vista: “Que a opinião pública deve ser informada sobre o que se passa nos domínios da ciência e da tecnologia é uma questão sobre a qual, há muito tempo, não resta a menor dúvida. Porque a própria noção de democracia, com seu corolário, a cidadania, pressupõe o direito público de ser informado sobre novos dados e decisões que podem afetar sua vida. E, já que a pesquisa em CT&I mobiliza grandes somas de recursos públicos, é também a noção de direito do contribuinte que exige informação sobre quanto, em que e para que se investe nessa pesquisa”.

O ex-editor de “Ciência”, da *Folha de S. Paulo*, Marcelo Leite, ganhou, por unanimidade, o Prêmio José Reis de Jornalismo Científico de 2005. Em entrevista ao *Jornal da Ciência*, da SBPC, forneceu duas idéias preciosas para melhor compreensão do papel do jornalista que cobre ciência: a) “O jornalismo científico não deve limitar-se a oferecer um cardápio de curiosidades e maravilhas ao leitor, mas fazê-lo pensar sobre uma atividade do espírito que tem a mesma estatura da arte e da filosofia e impactos na vida pública e pessoal talvez ainda mais contundentes – além de ser entusiasmante; b) “Ao jornalista que cobre ciências naturais cabe tornar interessante o que é importante e não tornar importante o que só é interessante – para repetir um lema que ouvi certa vez”. Marcelo Leite não poupa o jornalismo: “nunca se escreveu de maneira tão desinteressante, enviesada e superficial quanto se faz hoje no Brasil, sobre qualquer assunto”.

Fapesp, Fapemig, Fapesc, entre outras fundações, optaram por este caminho. O Departamento de Mobilização e Difusão da CT&I do MCT também tem prestado um excelente serviço ao jornalismo científico. A Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, por exemplo, tem pautado a imprensa em todo o território brasileiro.

Entrevista

Affonso Romano de Sant'Anna

# **"Se você acha que educação é cara, experimente a ignorância"**



Affonso Romano de Sant'Anna, assim mesmo com excesso de letras no nome e sobrenome, pode ser chamado de poeta, escritor, professor, entre tantas ou-tras denominações. Mas uma delas resume sua trajetória: ele é, acima de tudo, um homem preocupado com a educação do Brasil.

Nasceu em Belo Horizonte, mas sua infância pobre foi em Juiz de Fora, onde trabalhava para pagar seus estudos e aproveitava o pouco tempo livre lendo livros na biblioteca. Na década de 1970, dirigiu o Departamento de Letras da PUC do Rio de Janeiro e trouxe Michel Foucault ao País. Em 1984, assume a coluna do *Jornal do Brasil* antes ocupada por Carlos Drummond de Andrade. Seis anos depois, assumiu a Biblioteca Nacional, cargo que ocupou até 1996.

Durante todos esses anos, a defesa da literatura sempre esteve nas suas aulas, palestras, crônicas, enfim, em todos os espaços públicos que ocupou. Em entrevista à *Verbo*, ele não tem receio em afirmar que o Brasil não leva a educação a sério. E garante: pagamos um preço caro por isso.

POR BRUNO MORESCHI

# “Nunca ouvi político falar mal de livro. Mas, na **prática**, o que fazem?”

A participação brasileira nas grandes feiras internacionais é sempre muito tímida, sem investimentos, sem criatividade. Estaria faltando, para mudar este quadro, uma melhor integração entre governo e iniciativa privada?

**Affonso Romano de Sant’Anna:** A participação não é apenas tímida. Muitas vezes é também inexistente. Para se ter uma idéia, um exemplo recente. Em fevereiro estive na Feira do Livro de Jerusalém com mais 11 escritores brasileiros. Primeiro detalhe: quem nos convidou foi o governo de Israel numa ação conjunta com associações hebraicas, como a de São Paulo. Segundo detalhe: havia lá estandes imensos de países como Romênia. E do Brasil, nada. Havia um pequeno estande da América Latina, onde nos encaixaram. A Câmara Brasileiro do Livro sempre tem um estande nas grandes feiras, mas, em geral, o Brasil vai a esses lugares para comprar e não para vender. Continuamos importadores e não exportadores de literatura e arte.

E como o senhor acha que o Brasil pode inverter essa relação de importador para exportador?

**AS:** Vamos aos exemplos. Os Estados Unidos, que não têm Ministério da Cultura e tratam a cultura como produto, têm projetos claros através dos quais tanto o Departamento de Estado e até mesmo a CIA atuam divulgando e pressionando outros países para que absorvam seus produtos. Não digo que eles sejam uma linha a ser seguida, mas foi assim que conseguiram impor a *pop art* em todo o mundo, assim é que conseguiram o prêmio da Bienal de Veneza para Rauchenberg. Eles também possuem um programa consistente de tradução de obras no exterior. Todo país que leva cultura a sério tem projetos nessa área. Portugal, por exemplo, tem muito o que nos ensinar. Quem, como eu, já deu aulas no exterior, sabe como Portugal, seja através da Gulbenkian, seja através de suas várias fundações voltadas para o exterior, manda livros, envia professores, dá bolsas de estudos e financia traduções. É, portanto, uma questão de se ter um projeto. E com projeto estou dizendo algo mais do que simples eventos.

Você diz um algo nacional, que vai muito além do que quatro anos de mandato presidencial?

**AS:** Sim. Os franceses, para não ficarmos restritos aos americanos, têm há séculos uma noção de sua presença no mundo. No tempo dos Luizes, depois com Napoleão, sem Napoleão, antes e depois de De Gaule, tinham e têm uma noção de que a sua cultura é elemento-chave da política. Enfim, enquanto não se entender, seja o governo de que partido for, que cultura é gênero de primeira necessidade, não haverá um projeto de longo curso. Estou falando baseado também em minha experiência e não apenas como intelectual. Ao assumir a Fundação da Biblioteca Nacional há 16 anos (e lá fiquei até 1996) procurei potencializar o que havia recebido e projetar adiante um projeto nacional de cultura baseado na minha área no tripé: livro, leitura, biblioteca, articulando-se o espaço nacional e o espaço global.

Seja mais explícito, dê algum exemplo sobre como funcionava esse projeto.

**AS:** No plano internacional, durante vários anos, trouxemos ao Brasil agentes literários estrangeiros para reuniões e encontros com escritores e editores. Fizemos também, no Brasil, encontros com os editores dos principais suplementos literários do mundo, como *New York Times*, *Le Monde*, *El Pais*, *Times* e *The Gardian*. Achávamos que, se eles conhecessem nosso país e nossa realidade, teriam outra abertura para nossos livros. Tínhamos também várias publicações em inglês e espanhol, como o *Brazilian Book Review* que fornecia aos interessados no exterior um panorama do que estava sendo publicado aqui. Como não havia internet, tínhamos um *clipping* mensal enviado aos professores de literatura brasileira no exterior reproduzindo resenhas importantes em nossos suplementos. Até a poesia brasileira era exportada através da revista *Poesia sempre* lançada sistematicamente no exterior com textos em várias línguas. Bom, isto sem falar no apoio decisivo às feiras internacionais do livro, ao envio de escritores ao exterior e ao programa de



# "A questão já sabemos: não é soletrar o alfabeto, mas ler o mundo"

financiamento de tradução de obras brasileiras.

Outro ponto que esse assunto me lembra é como a tradução de obras brasileiras é precária. Se houvesse um programa governamental de apoio financeiro para as traduções, não haveria maior interesse pelas obras de autores nacionais? Ou você não acredita que a solução seja essa?

**AS:** O programa que criamos na FBN há uns 15 anos, acredito que ainda esteja funcionando, embora não tenha os números atuais. Perdi o contato. O Itamaraty havia criado também naquela época um setor para isto. Mas todo ano tinha aquele problema de "contingenciamento de verba" e os projetos eram cortados em 70%. É algo que nos deixa, enquanto artistas e intelectuais, frustrados, pois o montante para um programa como esse de exportação da cultura brasileira é baratíssimo e o retorno imenso.

Aliás, mudar a educação no Brasil também não é tão caro, certo? Se as verbas não fossem paradas já estaríamos em uma posição muito melhor. Concorda?

**AS:** Vou lhe dar uns exemplos que falam mais que qualquer teoria. Quando dei aula no Texas (1977) me admirava que nos fins de semana a biblioteca estivesse vazia de americanos e cheia de coreanos e japoneses. O resultado veio rápido: esses países deram um salto notável. Outro dia minha sobrinha Denise Sant'Anna, doutora em História pela Sorbone, foi dar um curso na Dinamarca. Chegou e se surpreendeu, a classe estava cheia de chineses. Ou seja, os países que realmente investem em cultura/educação dão o salto qualitativo. Mas para isso é necessário realmente acreditar no que se fala. Nunca vi um político falar mal de livro, da educação e cultura. Se perguntados vão dizer coisas sensatas, mas na prática o que fazem? Por isso, ultimamente, comecei a colecionar o que os marginais falam sobre cultura e educação. Todo criminoso entrevistado confessa que se tivesse tido educação seu destino teria sido outro. Ainda agora me correspondo com

um presidiário de São Paulo, que além de reclamar dos presídios, diz que a biblioteca praticamente não existe. Como se não bastasse, alguns agentes penitenciários ainda tomam e/ou roubam os livros deles. Enfim, tem uma frase de um americano que acho clínica e terrível: "Se você acha que educação é cara, experimente a ignorância". A ignorância é caríssima. Tanto na conservação de estradas e telefones públicos, quanto na questão da saúde, dos acidentes de trabalho e da violência.

Conte-me mais dessa sua experiência com presidiários.

**AS:** Olha, essa questão de leitura e do livro tem que ser entendida também como uma dessacralização do livro e do lugar do livro. Ontem recebi um *e-mail* do dono de uma borracharia em Sabará, que botou lá dentro uma biblioteca e começou a emprestar livros a quem aparecer. É o Marcos Túlio Damasceno. Em Brasília, existe o Açougue Cultural, que além de biblioteca, faz programas culturais e tem até o *site* T-Bone Cultural, do Luiz. E assim por diante. No Ceará, implantaram o "agente de leitura", conforme modelo que criamos no antigo Proler da Biblioteca Nacional, e cada agente tem um número determinado de famílias que ele visita regularmente contando histórias, dando assistência ao imaginário e ao simbólico, como o enfermeiro e médico dá assistência ao corpo. Prefeituras como Araruama, Colatina e Cataguases estão transformando suas cidades em "cidade da leitura". Ou seja, a coisa está acontecendo da periferia para o centro, do município para a federação.

E a Universidade onde entra nisso?

**AS:** Inaugurou-se na PUC/RJ a "Cátedra da Leitura", dirigida por Eliana Yunes, com patrocínio da Unesco e várias entidades. Isto já está mudando o panorama da questão da leitura, agora da universidade para dentro e da universidade para fora. Ali está uma competente equipe capaz de dar assistência a programas de "formação de leitor" em vários níveis. A questão básica já sabemos desde Paulo Freire: não é soletrar o alfabeto, mas ler o mundo.

# Biblioteca com



A evolução das assessorias de imprensa: de 'jornaizinhos' internos a um sistema complexo de comunicação.

A migração de jornalistas para áreas diversificadas ocorreu pela ação competente em assessorias no campo de trabalho, surgido particularmente na década de 1980, quando o uso da informação e o estabelecimento de relacionamentos adequados (não apenas com a imprensa) passaram a ser estratégicos para as organizações brasileiras. As assessorias de imprensa tornaram-se então o embrião de estruturas de comunicação que fornecem grande diversidade de produtos e serviços.

E estão, ainda de forma original ou ampliada, no Legislativo, Judiciário (no âmbito federal, estadual e municipal), em empresas públicas, privadas (inclusive alguns veículos de comunicação), terceiro setor, em universidades, nas Forças Armadas, sindicatos, entidades de classe, apoiando pessoas físicas (artistas, esportistas, políticos). O resultado é que jornalistas hoje atuam em redações, em funções especializadas como relacionamento com a imprensa, edição de publicações e de conteúdo na internet, divulgação, marketing político, publicidade e em enorme variedade

POR ARTÊMIO REINALDO DE SOUZA

gerenciais de comunicação.

Um indício concreto de preocupação com a sistematização da divulgação jornalística na área pública no Brasil ocorre em 1909 (DUARTE, 2002, p.82), quando o presidente Nilo Peçanha, ao organizar a estrutura do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, cria a Seção de Publicações e Bibliotheca para integrar serviços de atendimento, publicações, informação e propaganda. O setor tinha como uma de suas finalidades reunir e distribuir informações “por meio de notas ou notícias fornecidas à imprensa ou pelo Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, publicação que fica a seu cargo” (DUARTE, 2002, p.82). Caberia ao chefe da “seção” o papel de “redigir as notas e informações que devem ser fornecidas à imprensa sobre assumptos de interesse da lavoura, industria e commercio.” (op.cit.).

Nos anos seguintes, sem mudança significativa nas responsabilidades, o setor passa a chamar-se Serviço de Publicações e Bibliotheca; Serviço de Informações e Biblioteca e Serviço de Informações e Divulgação. No regulamento deste último, a responsabilidade pelo atendimento a requisições oficiais e “particulares sobre todos os assumptos a cargo do Ministerio”, e pela confecção do Boletim que continha, além de informações técnicas, uma “synopse de todos os actos do Governo [...] notícias e informações sobre agricultura, indústria e comércio [...] de modo a constituir uma fonte, a mais completa possível, de consulta e divulgação dos conhecimentos úteis aos lavradores, industriaes e commerciantes.” (DUARTE, 2002, p.82,).

Em 1915 é definido o nome “Serviço de Informações” e especificados novos detalhes: “divulgar, pela imprensa, em notas concisas mas completas, informações (...) que possam influir para o desenvolvimento da produção nacional.” (DUARTE, 2002, p.82). Entre as recomendações, o alerta de que as informações sobre trabalhos em andamento no Ministério só poderiam ser divulgadas depois de submetidas ao Ministro.

Ainda na primeira metade do século XX, serviços de divulgação passaram a ser divulgados em níveis federal e estadual, com a presença dos chamados redatores, que produziam e distribuíam textos para a imprensa pelos gabinetes e bureaux de imprensa instalados em órgãos governamentais. Durante os anos 1930 o governo federal torna política de Estado o controle e a disseminação de informações por meios de comunicação de massa (DUARTE, 2002, p.83) e passa a organizar um sistema articulado, reunindo coordenação nacional e atuação local, e interfere diretamente com sua mão pesada em

todos os meios de comunicação.

Isso começa a ocorrer a partir de 1931, quando, sob o Governo Provisório, é estruturado o Departamento Oficial de Publicidade, na Imprensa Nacional, administrado pelo jornalista Salles Filho. Durante a década, ele é sucessivamente reorganizado como Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que passa da ênfase na propaganda radiofônica para o uso da imprensa como vetor de informação governamental. O ápice ocorre entre 1939 e 1945, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (Deips).

Já na década de 1930, muitos dos redatores públicos exerciam atividades paralelas em veículos de comunicação. Além da complementação financeira, necessária pelos baixos salários, ganhavam respeito no governo por estarem na imprensa e tinham trânsito facilitado de seus “comunicados” nas redações. Logo após a Era Vargas (DUARTE, 2002, p.84), com a redemocratização, a máquina do Estado passa a ser utilizada para obter diretamente o apoio ou silêncio de jornalistas via oferta de empregos públicos (até mesmo a parentes e amigos de repórteres).

O sistema institucionalizado de cooptação, a cultura de controle da informação nos órgãos públicos e uma recorrente acusação de ineficiência ajudaram a criar fama, particularmente desde o AI-5 e nas redações mais exigentes, de assessores de comunicação vinculados a órgãos públicos serem necessariamente incompetentes, bloqueadores do fluxo de comunicação, criadores de cortinas de fumaça, porta-vozes do autoritarismo, de fazerem jornalismo chapa branca. (DUARTE, 2002, 84).

Essas críticas pouco edificantes acabaram generalizadas também ao setor privado, marcando profundamente a história das relações públicas e o surgimento das assessorias de imprensa, mas não consideram, de acordo com Duarte (2002, p.85), a existência de órgãos públicos e profissionais em gabinetes de divulgação cumprindo outro tipo de papel, menos promocional e mais técnico e informativo.

O autor cita o exemplo do Setor de Imprensa do Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura, com uma estrutura de divulgação que apenas em 1960 distribuiu “1.619 notas e notícias, 102 entrevistas e declarações e 479 reportagens, num total de 2.200 matérias.” (VIEIRA, 1960, p.24 apud DUARTE, 1960, p. 85).

No setor privado, Duarte (2002, p. 85) observa que a divulgação institucional teria surgido durante os anos 1950, com empresas estrangeiras do ramo de automóveis e de higiene trazendo a experiência dos países de origem. O mais comum era a existência de um conjunto de ações de comunicação desenvolvidas por agências ou departamentos de publicidade e de relações públicas que faziam planejamento de comunicação, divulgação jornalística e produziam publicações, mas sem área específica de relacionamento com a imprensa. A prática mais comum era o encaminhamento de textos por meio dos departamentos comerciais dos jornais, o que gerava atritos, já que as redações não gostavam de “plantar” notas de empresas no material editorial. A assessoria de imprensa da Volkswagen teria sido a primeira estrutura formada em uma organização privada para atuar com relacionamento planejado, sistematizado e permanente com a imprensa, numa perspectiva estratégica.

Seu surgimento, conta Duarte (2002, p. 85), coincide com a ida do jornalista Alaor Gomes para a Volks para estruturar um setor específico de ligação com a imprensa, e levou consigo Reginaldo Finotti, do jornal Última Hora. Gomes atuava na TV Record ao mesmo tempo que tratava de assuntos de imprensa para a própria Volks, mas dentro da agência de propaganda da Almap.

Numa entrevista a Duarte (2002, p. 86), Finotti relatou que os primeiros produtos eram chamados calhaus, um conjunto de notas com oito ou dez linhas, redigidos para ocupar pequenos espaços que ficassem vazios quando da diagramação das páginas. As notas tratavam de temas como abertura de novas estradas, número de carteiras de motoristas emitidas, orientações educativas sobre o trânsito e outras curiosidades, desde que entendidas como notícias. O objetivo não era, necessariamente, obter a citação do nome dos produtos ou da empresa. A estratégia era tornar o tema transportes de interesse da imprensa,

valendo-se de uma divulgação baseada em prestação de serviços, que criasse credibilidade para que a Volks se tornasse fonte dos veículos de comunicação.

Finotti e Gomes criaram também, em 1971, a Unipress, uma assessoria independente considerada pioneira na área. A Unipress chegou a ter cerca de 10 clientes e 40 jornalistas em 1975, embora o grande produto fosse a produção de publicações institucionais. “No contato com os jornalistas, não éramos bem vistos no início, mas mostramos um trabalho útil e conquistamos espaço”, disse Alaor em uma entrevista a Duarte (2002, p.87).

No período entre o fim dos anos 70 e o início dos 80, com um mercado de consumo consolidado e o crepúsculo da ditadura militar, termina, para as organizações, o período em que o mais importante era ter bom trânsito junto às autoridades. O ressurgimento da democracia, o movimento sindical, a liberdade de imprensa, novos padrões de competitividade e o prenúncio de maior exigência quanto aos direitos sociais e dos consumidores fazem as empresas e as instituições partirem para a comunicação com a sociedade e seus diversos segmentos.

E a imprensa foi identificada como o grande instrumento, o caminho mais curto para agir sobre a agenda pública, informar e obter uma imagem positiva. Nesse momento, mesmo grandes empresas ainda utilizavam responsáveis pelos setores de recursos humanos para desempenhar o papel de porta-vozes, relações públicas, atender jornalistas e editar publicações empresariais. O exemplo de empresas como a Rhodia mostrou que o investimento em comunicação aliado à postura de organização aberta à sociedade trazia retorno em credibilidade, visibilidade e poderia ajudar na consecução dos objetivos empresariais. (DUARTE, 2002, p.87).

Na avaliação de Bueno (1989 p.99), nesse período “a comunicação deixa de ser ‘perfumaria’, ganhado as entranhas da administração pública e privada e extrapola os limites dos tradicionais ‘jornaizinhos’ internos para assumir o *status* de um complexo poderoso, intrinsecamente vinculado à chamada estratégia negocial.” A inserção de material editorial no noticiário terá menos relação com a venda imediata de produtos e serviços e mais com o atendimento a demandas por informação da imprensa e a construção de imagem

*Trecho extraído do livro “Santos e pecadores: comunicação versus crise na era da informação”, de Artêmio Reinaldo de Souza, e publicado pela EdUFSC em 2007.*

O salário mínimo é de **R\$ 380**. Um único livro no Brasil custa em média **R\$ 25**, ou seja, quase 7% do que recebe um trabalhador assalariado no mês. Conclusão: o País não considera **nem minimamente** esse problema.

# O custo-livro Brasil

## \$

POR BRUNO MORESCHI

Suponha que você tenha uma editora pequena em Belém (PA) e queira, como qualquer bom livreiro, enviar suas obras a centros urbanos maiores, como São Paulo. Quando for tentar levar alguns livros via frete, irá se deparar com um dos problemas que fazem do livro brasileiro um dos mais caros do mundo. O valor do frete é por faixas de preço: a conta será a mesma se enviar um ou cem livros. Você, como não pretende acabar com grande parte do seu estoque, desiste. E, assim, o País fica mais burro.

Quando a tiragem é pequena, como acontece no Brasil (onde freqüentemente fica em torno de dois mil exemplares), o custo fixo se divide por uma pequena quantidade de exemplares. Soma-se o fato de que o país tem dimensões continentais.

Como quase todos os problemas complexos do Brasil, o alto custo do livro esbarra em falta de vontade política e na ausência de um programa eficiente que vai além dos quatro anos de governo. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) mostra as consequências do descaso: os brasileiros lêem, em média, 1,8

livros por ano. Franceses lêem sete. Para comemorar o Dia Mundial do Livro, comemorado em 23 de abril, a Unesco lançou a campanha "Dê um Livro". Para o presidente da organização, Vicent Defourny, a falta de leitura não está ligada ao alto preço do livro no Brasil. "Esse argumento do custo do livro não é argumento para não ler. Existem muitas formas de ler e muitos livros com acesso gratuito. E os que têm acesso à internet também podem ler uma quantidade de material, de livros", afirma.

Mas no Brasil faltam bibliotecas, e a grande maioria não tem acesso ao mundo virtual. Assim, a forma tradicional, que é a compra do livro, que poderia ser um paliativo da situação, acaba sendo o maior dos problemas. Um livro custa, em média, R\$ 25 reais no Brasil. Como as editoras poderiam diminuir esse preço sem levar prejuízo?

Um bom exemplo está nos Estados Unidos. Lá, o livro é lançado de duas formas: as tradicionais edições de luxo (essas que custam R\$ 25 no Brasil entram na categoria) e os chamado livros pockets. A segunda categoria trata das obras feitas com papel

reciclado, capa laminada e preço bastante reduzido. A idéia não é novidade no nosso País, mas, na prática, poucas editoras aderem ao "livro econômico".

Além do frete e da falta de edições mais baratas, há outro velho problema que atinge todos os produtos comercializados no Brasil: os impostos. Se comparados com outros produtos, como uma geladeira, que tem 46% do seu valor só em impostos, o livro é uma vítima menor. Mas se o chamado Custo Brasil diminuísse 5%, por exemplo, a taxa em cima do preço do livro seria de menos de 8%. Hoje, ultrapassa 13%.

Mas, dentro de um universo de iletrados, quem são os beneficiados que podem gastar com livros? São basicamente os que recebem R\$ 4,5 mil a R\$ 6 mil, parte dos 5% mais ricos. Eles gastam em média R\$

24 mensais com jornais, livros e revistas, o que não é grande coisa. Os números, portanto, mostram que, além de diminuir o preço do livro, é preciso também criar um hábito de leitura. Em resumo, um grande problema arcaico brasileiro que exige ações complexas conhecidas, mas quase nunca colocadas em práticas.



## Dói no bolso

# R\$ 25

é o preço médio de um livro no Brasil.

- ▶ 13,18% do preço do livro brasileiro são impostos.
- ▶ Pesquisa entre 12 países mostra que o livro no Brasil só é mais barato que na China e no México.
- ▶ Burrice: O preço do frete cobrado é por faixas de peso. Um ou 100 livros terá o mesmo custo de transporte, por exemplo.

# Uma história de 20 anos

A Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU) completa duas décadas de defesa ao livro no País.

Em texto anterior, tivemos oportunidade de falar da diversidade de interpretação para o que pode ou deve ser a editoração universitária institucional, expressa nas diferentes formas de sua inserção no organograma das universidades, na incrível variedade de formação e atuação de seus diretores, na enorme diversidade de seus projetos editoriais. Então, o que é que nos une e impulsiona numa associação de editoras universitárias? Influenciada pelo que faço como professora universitária, decido olhar esta questão via uma perspectiva histórica, na qual datas representam sempre o final de movimentos bem sucedidos. Destaco, numa rápida incursão por documentos pessoais carinhosamente guardados, quatro momentos que, a meu ver, marcam em especial a trajetória de vicissitudes de nossa Associação Brasileira das Editoras Universitárias.

## Momento 1

Na origem, um movimento iniciado por coordenadores editoriais de instituições federais (e não apenas universitárias). Aproximados por razões político-administrativas, diretores de gráficas oficiais se reuniam desde 1976. Entre eles, alguns coordenavam projetos voltados à publicação de livros. Quem não conhece as primorosas traduções de Platão publicadas pela gráfica e editora da UFPA?

ria de 20 anos

ria de 20 anos

de 20 anos

20 anos

20 anos

20 anos

20 anos

20 anos

20 anos

20 anos

No início dos anos 1980, outros eventos agitam a área: dois encontros de editoras das Universidades Federais do Nordeste (em 1982), os Seminários Nacionais das Editoras Universitárias (o primeiro SNEU em 1984), acompanhados quase sempre de Feiras Nacionais do Livro Universitário, e os Encontros Regionais – os EDUNIs - alguns especialmente ativos. É também desse momento a criação de dois importantes programas para a editoração nas universidades: o PROED (1981/SESu/MEC) - “Projeto de Estímulo à editoração do trabalho intelectual das IES” e o PIDL (1982) - “Programa Interuniversidades para Distribuição do Livro”.

## Momento 2

A Assembléia final do III SNEU, realizado em Campinas em maio de 1986, criou uma comissão para elaborar minuta de estatuto para uma associação - a ser discutida no Seminário do ano seguinte. Entendendo que suas atribuições incluíam ainda “a criação de oportunidades para encontro de editoras, bem como sua apresentação e divulgação onde coubesse”, a Comissão programou imediatamente a participação das editoras nas reuniões anuais da SBPC em Curitiba. Nesse ano, em Brasília no ano seguinte; e na nona Bienal Internacional do Livro de São Paulo, agosto de 1986. A SBPC nos liberou de pagamento da taxa de expositor e, o PROED, então coordenado pelo Professor Antonio Barbosa, pagou nosso estande à CBL - promotora da Bienal.

Estas atividades propiciaram rapidamente a abertura ou estreitamento de relações com instâncias diversas: as próprias universidades, a CBL, a Biblioteca Nacional; o INL e o GEU - Grupo de Editores Universitários, uma organização do SNEL - Sindicato Nacional de Editores e Livreiros em conjunto com a CBL (preocupados em especial com a reprografia nas universidades).

No SNEU de 1987 em Goiânia, em assembléia bastante movimentada, conturbada mesmo, foi aprovado o primeiro estatuto da Associação Brasileira das Editoras Universitárias. Elegeu-se então sua primeira diretoria, ao tempo em que se decidia a criação de uma comissão encarregada de elaborar um catálogo coletivo das Editoras Universitárias e a criação de

coordenações regionais para o PIDL. Cabe ainda destacar a feira deste SNEU, especial para as Editoras Universitárias, realizada na praça cívica da cidade, numa organização que envolveu diversos serviços municipais. É ainda desta primeira Diretoria o movimento que levou à participação das editoras universitárias em seu primeiro evento internacional: com apoio do Ministério de Exterior, a ABEU conseguiu se fazer representar na Feira do Livro Universitário de Guadalajara, México. Nos anos que se seguiram, essa internacionalização se amplia e desde então a ABEU se apresenta em Frankfurt, na mais importante feira mundial do livro.

## Momento 3

Afirmção e crescimento são os termos com que Professor Castilho (então Presidente da ABEU) se refere à editoração universitária brasileira. Graças a pareceria ABEU/Imprensa Oficial do ESP, reuniram-se todas as Editoras Universitárias do país num espaço comum. Até então, Editoras maiores (ou mais ricas) alugavam diretamente junto à CBL seus estandes, ficando para a ABEU a incumbência de representar as editoras menores. Sempre em um estande bastante grande, pois eram muitas, essas Editoras no entanto chamavam a atenção pela diversidade de áreas e regiões que representavam. Entretanto, a aproximação trouxe novas oportunidades, em especial a de perceber que o importante para todas era a circulação do livro universitário. Em pouco mais de dez anos, podia-se ver que as editoras universitárias haviam ampliado seu perfil, acrescentando à missão institucional o objetivo de contribuir mais amplamente para preencher lacunas bibliográficas do país, publicando traduções de autores fundamentais e de autores brasileiros nas áreas de literatura e poesia. Havia mudado também no que se refere à competência com que faziam agora seus livros, às parcerias que propiciavam não só o co-editar mas também melhorar sua distribuição. Ao tempo em que informando que Editores Universitários integram agora importantes setores do livro, como a Câmara Riograndense do Livro e a Associação Brasileira de Direitos Autorais,



Castilho lembra, ao indicar sua filiação institucional, que o Presidente da ABEU era então também o vice-presidente da EULAC - Editoras Universitárias da América Latina e Caribe.

#### Momento 4

Os ganhos são visíveis: respeito das instituições de que fazem parte; participação de todas as Editoras nas Bienais Internacionais do Livro de São Paulo e Rio de Janeiro e, em boa parte, presença em outros eventos nacionais e internacionais na área do livro universitário e do livro em geral; participação em feiras do livro e do livro universitário, locais e regionais, por todo o país, além de maior presença em livrarias; parcerias entre editoras institucionais e com editoras comerciais, algumas individuais, outras coletivas, como a que se estabeleceu com o INEP entre 1999 e 2002; uma sede fixa; a presidência rodaziando; a unidade, apesar da diversidade, ampliada ainda com o acolhimento, em seu quadro, de editoras de instituições as mais diversas, além das IES. Hoje, a ABEU é uma rede com 107 Editoras, num conjunto que tem a seu favor um *site* bastante informativo e um estatuto claro e, principalmente, generoso, uma necessidade em especial numa área, como a da editoração nas universidades – com seus quadros em constante mudança. Parece que não falta nada? Talvez venha a calhar um aniversário redondo – 20 anos – para nos lembrar o quão importante foi e é estarmos juntos.

*Maria do Carmo Guedes é professora de Psicologia da PUC-SP e participou ativamente da história da ABEU.*



DE CIMA PARA BAIXO: I, II, X E XIV REUNIÕES ANUAIS DA ABEU. ABAIXO, A BIENAL DO LIVRO DE 2006, EM SÃO PAULO.

# A mulher na educação brasileira

**Cada vez a mulher contribui mais com o ensino brasileiro. Mas isso não resolve todos os problemas que elas enfrentados.**

POR DILVO RISTOFF

A trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos é, para dizer pouco, extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século XIX, depois para uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da educação superior. Embora os homens sejam maioria na população até os 20 anos de idade, as mulheres são maioria na escola já a partir da 5a. série do ensino fundamental, passando pelo ensino médio, graduação e pós-graduação. Há hoje cerca de meio milhão de mulheres a mais do que homens nos *campi* do Brasil.

É verdade que as mulheres ainda são minoria na docência da educação superior, mas a sua participação cresce a cada ano num ritmo 5% maior que a dos homens, o que permite inferir que, mantida a atual tendência de crescimento, elas serão maioria também na docência dentro de no máximo cinco anos.

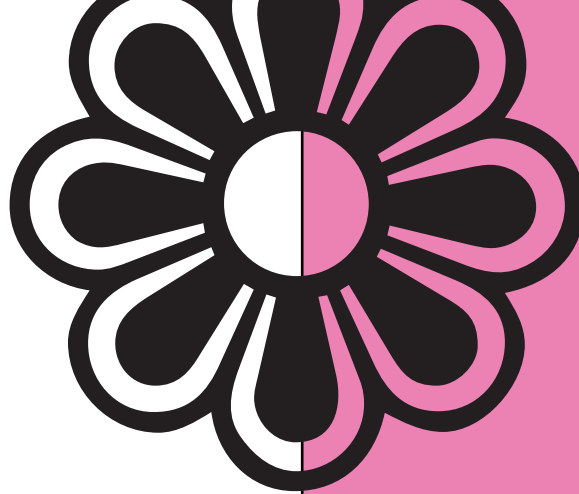
Chama a atenção o fato de que mais mulheres do que homens ingressam na universidade na faixa etária apropriada, de 18 a 24 anos. A menor presença de homens na graduação, apesar de serem maioria na sociedade na fase do vestibular, parece indicar uma opção masculina precoce pelo mercado de trabalho. Estaria a sociedade reafirmando o clichê de que a tarefa de auxiliar na busca do sustento da família cabe mais a eles do que a

elas?

Merece destaque ainda a trajetória das mulheres na graduação: elas representam sete pontos percentuais a mais no corpo discente quando deixam do que quando ingressam no *campi*, indicando que a sua taxa de sucesso é maior que a dos homens e que, por isso mesmo, a maioria observada no momento do ingresso (56,4%) torna-se ainda mais sólida no momento da formatura (63,4%).

Os cursos mais procurados pelos homens são os relativos à engenharia, tecnologia, indústria e computação; os mais procurados pelas mulheres são os relativos a serviços e educação para a saúde e para a sociedade (secretariado, psicologia, nutrição, enfermagem, serviço social, pedagogia). Essa tendência se mantém nos mestrados, doutorados e na própria docência da educação superior. Se, por um lado, os números permitem inferir que, na educação, a barreira entre os sexos vem sendo rapidamente rompida, com igualdade de oportunidades para todos, as preferências naturalizadas por certas áreas precisam ser analisadas com mais profundidade para identificar as valorações sociais que explicam esse fenômeno e quais são as suas implicações para as relações de gênero.

A maior presença de mulheres tanto na educação básica como na superior parece enviar dupla mensagem: uma boa e outra preocupante. A boa é que o Brasil começa a liberar as energias criativas de uma população tradicionalmente educada para a esfera privada. Mais e mais teremos mulheres, altamente



qualificadas, ocupando posições de liderança em todas as áreas do conhecimento e contribuindo para a consolidação de um país soberano, avançado e democrático.

A notícia preocupante é que a desproporção entre *campis* e sociedade escancara o fato de que há muitos homens jovens deixando os bancos escolares cedo demais, por necessidade de contribuir com o sustento da família. Dados da PNAD/IBGE informam que a renda familiar dos alunos do ensino médio é 2,3 vezes menor do que a renda familiar dos universitários de hoje. Com a conquista da universalização do acesso à educação básica, estas dificuldades só tendem a aumentar.

As constatações mostram, portanto, que, salvo melhor juízo, está correta a expansão da educação superior preconizada no Plano Nacional de Educação e no Plano de Governo. Mostram, porém, bem mais do que isso: além de expandir a educação superior, há que se consolidar a democratização do acesso e da permanência no *campis*, com igual oportunidade para todos, homens e mulheres, ricos e pobres, pretos e brancos.

O maior número de mulheres na escola e no *campis*, por si só, é insuficiente para dizer das mudanças efetivas nas relações de gênero que são socialmente construídas entre os sexos. Sabidamente, estas relações extrapolam a identificação de sexo por estarem imbricadas nas complexas relações de poder que marcam a nossa sociedade e que, por conseqüência, se expressam também nos conflitos e contradições da escola e do *campis*.

*Dilvo Ristoff é Diretor de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.*

